

SAÚDE PÚBLICA SÓ ANDA EMPURRADA POR PRESSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Instituição aciona Estado e Prefeitura de Aracaju em ações para regularização de serviços que vão péssimos



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL
COORDENADORIA DE AÇÃO CÍVEL
RECORTE DIÁRIO

■ A população do Estado tem enfrentado muitas dificuldades em relação à prestação do serviço médico-hospitalar. São muitos os problemas, mas, entre os mais graves, estão as questões da assistência farmacêutica, à infância - toda a pediatria -, transplantes renais e o atendimento a pacientes que necessitam de cirurgias na área do câncer. Os problemas são tantos que o Ministério Público de Sergipe - MP/SE - entrou, de uma só vez, com uma talagada de ações tentando fazer com que os Governos do Estado e da Capital ajam.

Euza Missano, da Promotoria da Saúde, ajuizou e o Tribunal de Justiça de Sergipe acatou, na última quinta, 16, por meio de decisão liminar da juíza Elvira Maria de Almeida Silva, uma Ação Civil Pública - ACP -, para resolver a falta de antibióticos no Hospital de Urgência de Sergipe - Huse. Euza disse que recebeu denúncia grave do serviço de Infectologia do hospital de que antibióticos insubstituíveis estavam em falta na unidade.

“Isso implica risco de disseminação de bactéria muito resistente e pode fazer com que o paciente entre com uma patologia e possa sair com infecção hospitalar. É uma situação extremamente grave, que o Ministério Público judicializou, pedindo que houvesse o abastecimento e a regularidade da dispensação dos medicamentos”, afirma.



ATENDIMENTOS PEDIÁTRICOS

Hospital	Atendimentos Quadrimestre	Média Mensal	Média Diária	Pediatria
Huse	21.030	5.257	175	21,87
Santa Isabel	11.183	2.796	93	23,25
Hospital Unimed	10.078	2.520	84	21
Zona Sul	6.886	1.722	57	9,5

Fonte: SMS

pacientes assistidos pelo hospital. Caso haja descumprimento da decisão, a Secretaria de Estado da Saúde - SES - e a FHS devem pagar multa de R\$ 5 mil.

Em nota, a direção operacional da FHS esclarece que a compra e fornecimento dos antibióticos Bactrim, Polimixina B, Tigeciclina, Aminacina já foram providenciados e encontram em estoque na farmácia do Huse e que, para não comprometer a assistência, a compra de outros medicamentos já está em andamento.

PEDIATRIA

Outro grave problema citado pela promotora é a demora na realização de cirurgias de câncer. Segundo ela, será ajuizada uma ACP nos próximos dias para garantir o funcionamento das nove salas e ativar todo o Centro Cirúrgico do Huse. "Há nove salas, mas somente seis delas estão funcionando", diz. Em nota, a FHS informa que, até o final do mês de maio, mais uma sala cirúrgica será aberta no Huse.

A pediatria é também um problema que preocupa o MP. O atendimento, que já era comprometido nas unidades públicas de saúde, agravou-se com o fechamento pelo Município de Aracaju, no dia 23 de abril, dos leitos da Unidade de Pronto-Atendimento - UPA - Fernando Franco.

Conforme a promotora, seguindo determinação do MS para transformar a Unidade do Fernando Franco em UPA, o município diminuiu 15 leitos de internamento da Pediatria. "É lógico que se eu trabalho com linhas limites e se fecho 15 leitos tenho que dialogar com demais fornecedores de

Ana Licia Menezes



Euza Missano: "Diversas ações são ajuizadas a fim de regularizar a prestação de serviços médico-hospitalares em Sergipe"

serviço, porque senão esses leitos vão estrangular em alguma outra unidade, e foi o que aconteceu. Isso eclodiu no serviço de pediatria do Huse", diz.

Segundo ela, judicialmente, irá discutir o assunto. "O município vai ter que ampliar as vagas para assistência, porque esses pacientes são seus. É necessário entender isso, porque senão iremos continuar contribuindo para a superlotação, principalmente no maior hospital público do Estado", observa.

MAIOR DEMANDA

A coordenadora do Hospital Pediátrico José Machado de Souza, que fica localizado no Huse, Cristiane Barreto, disse que com o fechamento dos leitos de internação na Upa Fernando Franco, houve um aumento do número de crianças com necessidade de atendimento. "A gente está com o hospital superlotado, com as crianças acomodadas na Área Azul, quando a gente

só deveria ter crianças em observação. Como a gente não fecha a porta e não nega atendimento a ninguém, vai fazendo o que pode", revela.

Segundo Cristiane, os leitos foram fechados no dia 23 e, no fim de semana seguinte, a unidade já começou a ter o reflexo dessa medida. Os casos mais comuns, que têm sido atendidos no Huse, são as infecções respiratórias leves, pneumonias mais leves e alguns casos de diarreia. De acordo com Cristiane, houve um aumento de 50% no número de internamentos e de primeiro atendimento em torno de 75%. Além disso, o Huse já constatou que 80% da demanda de primeiro atendimento e de internação são provenientes de Aracaju e da Grande Aracaju. "No mês de abril, nós tivemos cerca de 6.300 atendimentos, quando normalmente são atendidos em média 4.500 casos", diz.

Para a pediatria, essa é uma época considerada complicada, porque, naturalmente, já se tem um aumento da demanda. "É uma sazonalidade da especialidade. Do final de março até julho, aumenta muito o número de atendimento. E numa época dessa, o fechamento de 15 leitos de internamento fez com que todas as crianças que estavam internadas na Zona Sul viessem para cá", observa.

Cristiane espera uma solução para esse problema da superlotação o mais rápido possível. "Estamos fazendo a nossa parte, mas estamos preocupados com o impacto, porque vai chegar o ponto que vai estrangular e espero que não venham para cima da gente como se fôssemos os culpados pela superlotação", defende-se.

Na ação, a Promotoria requereu, em um prazo emergencial de 48 horas, para a dispensa regular dos remédios Polimixina B, Tigeciclina, Amicacina e Bactrim, sem que haja nova descontinuidade no abastecimento, bem como a otimização do tempo para intervenção médica, por meio da reposição regular de insumos necessários à realização de exames laboratoriais microbiológicos. Além disso, solicitou que seja aplicada uma multa diária de R\$ 5 mil à secretária de Estado da Saúde e ao presidente da Fundação Hospitalar da Saúde - FHS -, caso haja descumprimento do que venha a ser determinado.

Com a decisão judicial, o Governo do Estado e a FHS têm 10 dias, contados a partir da última quarta, dia 8, para providenciar os medicamentos listados. A juíza, além de determinar a aquisição dos medicamentos, exigiu que fossem feitos exames laboratoriais microbiológicos para a identificação de bactérias em